

Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	3,80
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,09

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

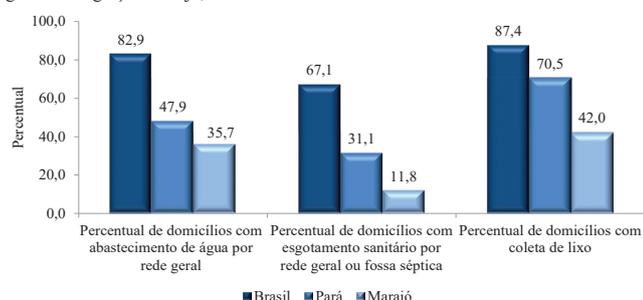
Verificando os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a RI Marajó conta com 12 hospitais (hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público do Marajó, inaugurado em 2010, em Breves, que oferece atendimentos ambulatoriais e hospitalares de maior complexidade, nas especialidades de clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia de alto risco, neonatologia, pediatria, cardiologia, oftalmologia, traumatologia, ortopedia, urologia, ginecologia oncológica, mastologia, otorrinolaringologia e medicina intensiva. Ressalta-se também, a implantação do Hospital de Campanha Covid-19 Breves, para suporte nos atendimentos de pacientes da Covid 19. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,80, superior à apresentada pelo Pará, de 2,55. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 1,09, menor que a taxa do estado, de 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, naquele ano, 47,9% dos domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Marajó, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,7% dos domicílios; de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 11,8%; e 42% dos domicílios contavam com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços, na região, encontrava-se abaixo dos percentuais nacional e estadual. A maior preocupação volta-se para o serviço de esgotamento sanitário, inferior a 12% dos domicílios da região.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral aos indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social, a FAPESPA criou a variável “Fora RMB”, que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RM. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) – 2019	Percentual de domicílios com água encanada – 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) – 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água

proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente em oito dos dezesseis municípios que compõem a região Marajó (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure), em 2019, segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Marajó, o déficit era de 26,4% do total de domicílios. Em 2010, a componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado e a 56,6% do total da região. “Coabitação familiar” representava 39,2% do total de domicílios no Pará e a 39,8% no Marajó. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no Pará e 96,4% na região Marajó. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 1,7% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e a 1,9% no Marajó.

Tabela 09 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010.

INDICADOR	PARÁ		MARAJÓ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	25.309	26,4
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.544	56,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	10.230	39,8
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	438	1,7
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	495	1,9
Total Domicílios	1.859.165		95.768	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2019, a RI Marajó apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A taxa de homicídios no Pará atingiu 38,87 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 15,42. Anajás e Portel apresentaram as maiores taxas, 34,16 e 30,62 homicídios, respectivamente, em contraposição a Cachoeira do Arari e Chaves, que não apresentaram casos de homicídios.

A taxa de homicídio, com recorte na população jovem, apresentada em 2019, pela RI Marajó, 33,95 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Breves e Portel apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 83,83 e 60,42 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente.